

Richa acha que 80% da Carta já têm consenso

BRASÍLIA — Os dois grupos interpartidários que negociam acordos sobre os pontos polêmicos da Constituinte terminaram a primeira etapa de trabalho satisfeitos com os resultados de mais de um mês de negociações. "Já há acordo sobre 80% da Constituição", disse o senador José Richa (PMDB-PR), coordenador do grupo dos 32 que reuniu liberais e moderados de vários partidos.

O outro grupo de negociação, que reuniu os modernos do PFL com parlamentares de esquerda, também se sentiu recompensado. "Está bom, não é?", comentou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) com o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), sobre os pontos de consenso com o grupo de Richa.

Houve acordo sobre os seguintes temas: comunicações, saúde, questão urbana, sistema financeiro, meio ambiente e, com algumas ressalvas, princípios gerais da ordem econômica. Hoje, último dia do prazo para apresentação de emendas ao projeto divulgado em julho pela Comissão de Sistematização da Constituinte, os dois grupos apresentarão emendas conjuntas sobre os pontos em que há concordância e propostas isoladas naquilo em que há divergência.

O grupo de Richa proporá oito emendas, sobre todos os títulos do projeto da Sistematização, exceto a parte de tributação. Nesse ponto, os dois grupos apóiam o texto da Sistematização, com pequenas mudanças. O de Scalco, chamado de grupo do consenso, apresentará cerca de 12 emendas próprias.

Comunicações — No item sobre comunicações, o acordo teve como base a proposta do deputado Antônio Brito (PMDB-RS): o Executivo continuará com o poder de outorgar ou renovar concessões de rádio e televisão, mas caberá ao Congresso a palavra final.

A proposta prevê o Conselho Nacional de Comunicações, mas reduzido a órgão auxiliar do Congresso para avaliação das concessões e da política nacional de comunicações. Metade do conselho seria formada pelo Executivo e outra metade pela Câmara. "Quebramos o monopólio do Executivo nesta questão, embora a proposta não atenda plenamente a nenhum grupo", disse Brito.

Saúde — No referente a saúde, o acordo foi obtido sem maiores dificuldades. A proposta cria fundos de saúde municipais, estaduais e federal, com direito a 35% dos recursos do Fundo Nacional de Seguridade Social, também previsto. O Estado poderá transferir recursos para hospitais particulares sem fins lucrativos, como as santas casas, mas "definirá em lei" os contratos de prestação de serviços com a rede hospitalar com fins lucrativos.

Na questão urbana, o acordo foi em torno de proposta do deputado Lúcio Alcântara, que reconhece a "função social" da propriedade urbana e prevê que 5% do eleitorado de um município poderão apresentar projetos de lei de interesse de seu bairro ou cidade. As desapropriações seriam em dinheiro, mas os terrenos subutilizados ficariam passíveis de desapropriação com pagamento por títulos da dívida pública. O direito de usucapião urbano não seria reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

Meio ambiente — O acordo na questão do meio ambiente prevê que o Congresso terá que ser ouvido sobre qualquer iniciativa que provoque "impacto negativo" na ecologia, como, por exemplo, a localização de uma fábrica perto de um rio. O capítulo sobre o sistema financeiro apóia-se, basicamente, no texto original da Comissão de Sistematização. Determina que o Congresso terá que aprovar a diretoria do Banco Central.

Projeto "dos 32" revoga o de Cabral

O senador José Richa (PMDB-PR) entregará hoje às dez horas ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, uma sequência de emendas que acabam formando um substitutivo que revoga por inteiro o que foi adotado pela Comissão de Sistematização. O último projeto do "grupo dos 32", que incorporou idéias e propostas do trabalho de parlamentares coordenado pelo deputado Euclides Scalco, ganhou, no serviço gráfico do Senado Federal, o nome em código de Hércules, que sucede ao Ícaro.

O substitutivo dos grupos de consenso suprapartidários em sua mais recente versão tem 253 artigos. Suas principais inovações estão contidas no capítulo da ordem econômica, objeto de longa negociação entre os senadores Virgílio Távora, Severo Gomes e os deputados Francisco Dornelles e Bonifácio de Andrada. Neste capítulo fica decidido que empresa nacional é aquela cujo controle acionário está nas mãos de brasileiros residentes no Brasil. Cria-se também a figura da "empresa brasileira de capital estrangeiro".

Outra novidade do projeto está em que os contratos de risco para exploração do petróleo englobam também o refino, garantidos os atuais direitos de empresas particulares nesses setores. O projeto também concede ao estado o monopólio do transporte do petróleo produzido no Brasil e reafirma o monopólio estatal sobre minerais estratégicos para produção de artefatos nucleares. O capítulo, que tem 15 artigos, dispõe que o governo deve dar preferência a empresas nacionais na aquisição de bens e serviços. O senador José Richa, que foi encarregado de entregar o projeto, diz que existe consenso sobre quase "oitenta por cento dos temas polêmicos". Ele afirma que todos os grupos estão de acordo em que, no caso da reforma agrária, haja desapropriação paga em dinheiro com imediata imissão na posse do terreno.

"Cow-boys" se unem contra a reforma agrária

Depois dos grupos "Centro Democrático", "Anti-Esquerda", "Unidade Progressista", "Consenso", "Pró-Nordeste" e "dos 32", mais uma facção política será lançada hoje, em grande estilo, para influir na Constituinte: o "Grupo dos cow-boys" — que, segundo o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), terá 305 constituintes, prontos para impedir que a nova Constituição normatize a reforma agrária, assunto que, entendem eles, deve ser objeto de lei ordinária.

A festa de lançamento será às dez da manhã no Hotel Carlton (cinco estrelas) e, a exemplo das práticas da UDR (União Democrática Ruralista), junto com a assinatura num documento, cada constituinte que se filia ao grupo oferecerá uma contribuição para as despesas dessa primeira reunião. Roberto Cardoso Alves define a facção como a legítima representação da maioria centrista que, em sua opinião, domina a Constituinte. Ele nega terminantemente que o grupo tenha a ingerência da UDR, motivo pelo qual estão sendo chamados de cow-boys.

"Estão nos chamando de cow-boys? Que bom, então", ironiza. Sessenta listas de adesões ao grupo estão circulando pelos gabinetes do Congresso Nacional, mas desta vez não são funcionários que as manipulam. Amaral Neto, Gastone Righi, Guilherme Afif Domingos, Siqueira Campos, Eduardo Magalhães e Paulo Zarzur são alguns dos que possuem essas listas, sempre procuradas em seus gabinetes. Afif Domingos é que está com a caixinha para as despesas do grupo.

A idéia de formação dessa facção conservadora nasceu há dois meses numa conversa entre Roberto Cardoso Alves e o deputado José Lourenço, líder do PFL. A partir daí, contactaram Amaral Neto e Gastone Righi e cada um ficou incumbido de elaborar um esboço para o funcionamento do grupo. O resultado é que ele deve surgir amanhã como um dos mais organizados da Constituinte.